



M. Germano/JP

ESGOTO O engenheiro civil Tadeu Andia, da divisão de infra-estrutura do campus Luiz de Queiroz, mostra uma das 12 estações de tratamento do esgoto produzido pela universidade. Plano Diretor Socioambiental do campus aponta alguns problemas. **Cidade - 9**

Esalq mapeia os deficits ambientais do campus

CAMILA SOUZA

camilasouza@jppjornal.com.br

O Plano Diretor Socioambiental entregue recentemente ao presidente do conselho gestor do campus Luiz de Queiroz, Antonio Roque Dechen, aponta para alguns problemas ambientais relacionados principalmente ao tratamento de esgoto, ao gerenciamento de embalagens de agrotóxico e à Área de Preservação Permanente.

De acordo com o documento, a universidade possui nove estações de tratamento de esgoto, porém apenas quatro estão funcionando. O plano aponta ainda que as estações não solucionam o problema, pois “além de terem sua eficiência questionada, ainda não estão ligadas a todo o campus.”

O engenheiro civil Tadeu Andia, da Divisão de Infra-estrutura do campus Luiz de Queiroz, afirma que a informação do plano estaria desatualizada, pois o estudo começou a ser desenvolvido em 2004. “Nesse ano, foram construídas nove estações. No entanto, como é necessário ter diversas licenças, na época, apenas quatro estavam funcionando”, explica. Andia garante que atualmente o campus conta com 12 estações de tratamento e que todas funcionam, cuidando de todo o esgoto produzido pela universidade.

Antes da instalação das estações, ou seja, até 2004, todos os resíduos eram depositados no ribeirão Piracicamirim sem qualquer tratamento. “O excesso de carga orgânica polui o rio com diversas conseqüências para o ambiente e essa é a principal causa da degradação dos rios da nossa bacia”, explica Paulo Georges Zein Lattari, membro da Secretaria



M. Germano/JP

Engenheiro civil Tadeu Andia em estação de tratamento de esgoto do campus Luiz de Queiroz

ria Executiva do Plano Diretor.

Outro ponto polêmico do plano é o fato de que a universidade não possui um programa institucional de gerenciamento de embalagens de agrotóxico. “Cada usuário, cada departamento, destina sua embalagem, de forma autônoma e de acordo com procedimentos legais, para a unidade de recebimento das empresas em Piracicaba, que fica na Coplacana”, conta Lattari.

Segundo ele, as sobras dos agrotóxicos utilizados e sem especificação de destinação são encaminhados como resíduos para

a incineração. “No ano passado esse montante chegou a 5 toneladas, e foi encaminhado para empresa que realiza a destinação adequada destes resíduos. Atualmente, encontra-se em fase de licitação a construção de um depósito central para recebimento e gestão das embalagens de agrotóxicos no campus.”

Com relação à preservação ambiental, o plano aponta para outra falha. Há um espaço denominado área de preservação permanente, que corresponde a 136,75 ha, e, dessa área, 23,01 ha estão ocupados com vegetação natural.

O restante, 113,74 ha, precisa ser regularizado.

Atualmente, a Esalq tem uma parceria com a ONG SOS Mata Atlântica realiza um trabalho de recuperação. No entanto, 4,35% da área está degradada e 13,12% está muito degradada. “Historicamente o campus, como outras instituições, construiu um quadro de inadequação ambiental e isso se deve ao fato da inexistência de legislação, a mentalidade da época e a forma convencional de uso do solo. Porém, o programa de recuperação já está conseguindo reverter tal quadro de degradação. Muitas das áreas citadas como degradadas estão sendo manejadas para uma restauração natural, outras já foram plantadas e em algumas já existe uma cobertura arbórea expressiva.”

Parte das áreas de preservação continua degradada